

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO CENSO ESCOLAR POR MEIO DOS MICRODADOS DO INEP

Inclusion in brazilian basic education: analysis of the school census through INEP microdata

Patrick Alves Vizzotto - UNIVATES*

Resumo: A inclusão da pessoa especial na Educação Básica representa um desafio à sociedade. Apenas 2,61% da população escolar pertence a esse grupo. Com isso, questiona-se: Qual o panorama da educação especial no Ensino Básico do Brasil? Assim, por meio de uma pesquisa documental, objetiva-se apresentar um panorama da população de alunos com deficiência da educação básica do País através de uma análise dos Microdados do INEP. As informações referentes ao ano de 2019, divulgadas como resultados, podem ser empregadas como subsídios teóricos para estimular o debate acadêmico voltado para analisar a situação da Educação Inclusiva no Brasil. Como resultados, verificou-se, entre outras coisas, que: as necessidades especiais com maior ocorrência são as intelectuais; o recurso de auxílio com maior demanda é o profissional leitor; e o Atendimento Educacional Especializado mais requisitado envolve o desenvolvimento de funções cognitivas. Sugere-se que em estudos futuros seja realizada uma análise sobre a Educação Especial no contexto do Ensino Superior.

Palavras-chave: Inclusão. Educação especial. Educação básica. INEP.

Abstract: The inclusion of the special person in Basic Education represents a challenge to society. Only 2.61% of the school population belongs to this group. With this, one asks: What is the overview of special education in Basic Education in Brazil? Thus, through a documentary research, the objective is to present an overview of the population of students with disabilities from basic education in the country through an analysis of the Microdata of INEP. The information for the year 2019, published as results, can be used as theoretical subsidies to stimulate the academic debate aimed at analyzing the situation of Inclusive Education in Brazil. As results, it was found, among other things, that: the special needs with the highest occurrence are intellectuals; The aid resource with the highest demand is the reader professional; and the most requested Specialized Educational Care involves the development of cognitive functions. It is suggested that in future studies an analysis of Special Education in the context of Higher Education should be performed.

Keywords: Inclusion. Special education. Basic education. INEP.

INTRODUÇÃO

A defesa de uma "educação para todos" presume, desde sempre, a inclusão, pois essa é parte basilar do ideário que visa a garantia de uma formação cidadã a toda a população. Espera-se que, mais do que oferecer vagas em classes comuns, as escolas de Educação Básica obtenham êxito em proporcionar as condições que favoreçam a garantia à aprendizagem das especiais que nelas frequentam.

Assim, conhecer aspectos da realidade do público-alvo da educação especial parece ser fundamental para fomentar a reflexão sobre os caminhos que a Educação Inclusiva necessita trilhar para garantir o direito de aprendizagem de todo estudante com deficiência da Educação Básica. Por isso, um dos primeiros passos para compreender a realidade desse grupo está em conhecer suas características, por meio de uma visão geral da população que eles representam.

* Doutor em Educação em Ciências pela UFRGS (2019). Mestre em Educação em Ciências pela FURG (2017). Graduado em Física Licenciatura pela UPF (2014). Atualmente realiza estágio de Pós-doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-graduação em Ensino da UNIVATES. E-mail: patrick.fisica@hotmail.com.

A fim de contribuir com a área essa pesquisa questionou-se: “Qual o panorama da educação especial no Ensino Básico do Brasil?”. Para responder a tal problemática, contou-se com os dados da maior coleta de informações realizada anualmente pelo Estado Brasileiro: o Censo Escolar da Educação Básica.

Considerada a pesquisa estatística de maior importância para a avaliação educacional brasileira, o Censo Escolar da Educação Básica figura entre os principais instrumentos de coleta de dados sobre diferentes aspectos do âmbito escolar. Promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é realizado em conjunto com as secretarias de educação dos estados e municípios e tem como participantes todas as escolas do País, sejam elas públicas ou privadas.

No censo, coletam-se, anualmente, diversas informações sobre as escolas, os docentes, os alunos, as estruturas, etc., a fim de produzir um panorama sobre a situação da Educação Básica no Brasil. Com esses dados, são produzidos relatórios que servem de subsídios teóricos para a reflexão sobre o andamento da educação nacional, e podem constituir-se de ferramentas importantes para a criação e implementação de políticas públicas em prol da melhoria da educação em todas as etapas e modalidades.

Esses dados brutos são disponibilizados pelo INEP para toda a sociedade por meio do seu sítio eletrônico. Chamados de Microdados, esses documentos virtuais contêm todas as informações em detalhes, sendo possível realizar o seu download e análise para os mais diversos fins.

Apoiados nos Microdados gerados pelo Censo da Educação Básica de 2019, essa pesquisa tem como foco a Educação Especial, contexto que será objeto de análise do presente artigo. O objetivo da investigação é apresentar um panorama da Educação Especial a nível nacional. Conhecer as características do público-alvo da educação especial do País é um dos primeiros passos para se entender por quais caminhos a Educação Inclusiva deve direcionar seus esforços a fim de garantir um ambiente propício de aprendizagem para todos aqueles que necessitam de atendimentos educacionais especiais.

Assim, através de uma análise quantitativa, analisou-se diferentes informações dos Microdados relacionadas ao público-alvo da educação especial no intento de apresentar à literatura da área um panorama atual das Pessoas com Deficiência (PcD). O artigo segue apresentando uma fundamentação teórica sobre a Educação Inclusiva. Posteriormente, é exibida a base metodológica empregada e por fim, seus resultados, discussões e considerações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O convívio com a diversidade é uma condição essencial para o exercício da docência. Em cada estudante, encontram-se diferentes particularidades que podem se constituir de potencialidades, necessidades, entre outras. Seria fundamental que esses aspectos fossem observados pelos docentes desde o planejamento da disciplina e das aulas, até o processo de ensino e aprendizagem. Dentro dessa diversidade, está inclusa também as restrições físicas, sensoriais, cognitivas, etc. Assim, a inclusão é um movimento que visa unir esforços para transpassar a atual fase, denominada de integração escolar, e adentrar ao que se almeja, que é a efetiva inclusão da PcD nos espaços escolares e em todos os setores da sociedade.

Esse entendimento de que atualmente se vive uma transição é de Sasaki (2011). O autor afirma que a educação especial no Brasil é entendida historicamente a partir de quatro fases denominadas de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Na exclusão não havia qualquer tipo de assistência educacional. As PcD sofriam exploração ou simplesmente eram ignoradas pela sociedade. Na segregação institucional, ainda se mantivera a exclusão social, mas ao mesmo tempo, instituições sociais ajudavam os indivíduos especiais. Nessa fase, registra-se o surgimento das escolas especiais. Por sua vez, na fase da integração, criou-se as classes especiais no mesmo espaço das turmas regulares das escolas. Dessa maneira, houve a inserção dos público-alvo da educação especial na convivência cotidiana da escola básica. Já a fase quatro, a da inclusão, ainda é considerada pelo autor como um ideal a se alcançar no Brasil. Nela, a sociedade, como um todo, adapta-se para incluir os indivíduos especiais em cada um dos setores. Embora muitos esforços legais tenham sido realizados a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) para garantir o acesso da PcD na escola, não há como não notar que o desafio para atingir a condição de inclusão escolar ainda é demasiadamente grande,

uma vez que, devido a especificidade da condição da criança, não são todas que possuem oportunidade de frequentar a escolar.

De antemão, parece relevante citar o dado observado pelos resultados dessa pesquisa, no qual nota-se que apenas 2,61% dos alunos da Educação Básica são PcD. Já no Ensino Superior, de acordo com os Microdados da Educação Superior, esse número é ainda menor, pois esse grupo constitui apenas 0,5% do total de graduandos. Para notar o contraste, de acordo com o último censo da população brasileira (IBGE, 2010), há 10 anos o percentual de PcD representava 6,2% da população. Ou seja, na atualidade, possivelmente esse quantitativo seja ainda maior e por isso, os índices de ingressos na Educação Básica e Superior parecem estar abaixo do ideal para se considerar inclusiva a atual realidade.

De acordo com Gil (2017), a última lei em prol das PcD é a Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016, na qual garante a criação de reserva de vagas para o público em questão em processos seletivos de ingresso na rede Federal de ensino. Tão importante quanto ingressar no espaço escolar é essa inserção vir acompanhada de condições de acesso, permanência, interação e socialização de saberes dos indivíduos nesses contextos.

Para Ainscow (2009), a inclusão escolar acontece através de um processo envolvendo três etapas. Em um primeiro momento, é imprescindível garantir o acesso da PcD a escola regular e às classes comuns. A etapa dois presume a existência de condições para que na integração possa ocorrer a participação e interação do aluno com os demais colegas. Por fim, a terceira etapa seria a garantia de aquisição do conhecimento, condicionada, no entanto, a efetividade das duas outras etapas.

A fim de garantir a concretização da inclusão por meio das três etapas acima descritas acredita-se na importância de se discutir na academia e no debate público e político cada informação existente sobre esse grupo, com vistas a refletir sobre as maneiras mais eficazes de se incluir e garantir a aprendizagem das PcD na realidade brasileira. Portanto, conhecer, com maior aprofundamento, os detalhes quantitativos desse público contribui para a área da Educação e Educação Inclusiva na criação de subsídios teóricos para fomentar discussões e tomadas de decisões nessa área. Com isso, acredita-se que uma das formas de conhecer esse contexto é através de uma análise das características desse grupo. A partir desse fundamento, esse manuscrito expôs o objetivo geral na seção anterior e, na continuidade, apresenta-se a metodologia que direcionou a coleta, análise e interpretação dos dados.

METODOLOGIA

Essa pesquisa teve como meta analisar os dados da população de PcD, alunos da Educação Básica do Brasil. Com isso, no que se refere aos seus objetivos ela se qualifica como uma pesquisa descritiva, pois na visão de Gil (2008), é descritiva a pesquisa sempre que busca realizar um diagnóstico e descrição de um fenômeno. Ainda de acordo com o autor, como a descrição é feita a partir dos Microdados do Censo da Educação Básica de 2019 (último ano disponível pelo INEP), vem a ser, quanto aos procedimentos técnicos, uma pesquisa documental.

Os Microdados vistoriados foram gerados pelo Censo Escolar do INEP que consiste em uma pesquisa estatística realizada com o intuito de gerar um diagnóstico da Educação Básica do País. A coleta de dados acontece em conjunto entre a União, Estados e Municípios e adquire-se informações sobre todas as etapas e modalidades da Educação Básica e Profissional. O fim de se realizar o censo anualmente é compreender a situação educacional do Brasil com vistas a perceber o grau de efetividade das políticas públicas atualmente vigentes. É também, a partir dos parâmetros observados por meio desse Censo que se distribui os diferentes recursos do Governo Federal.

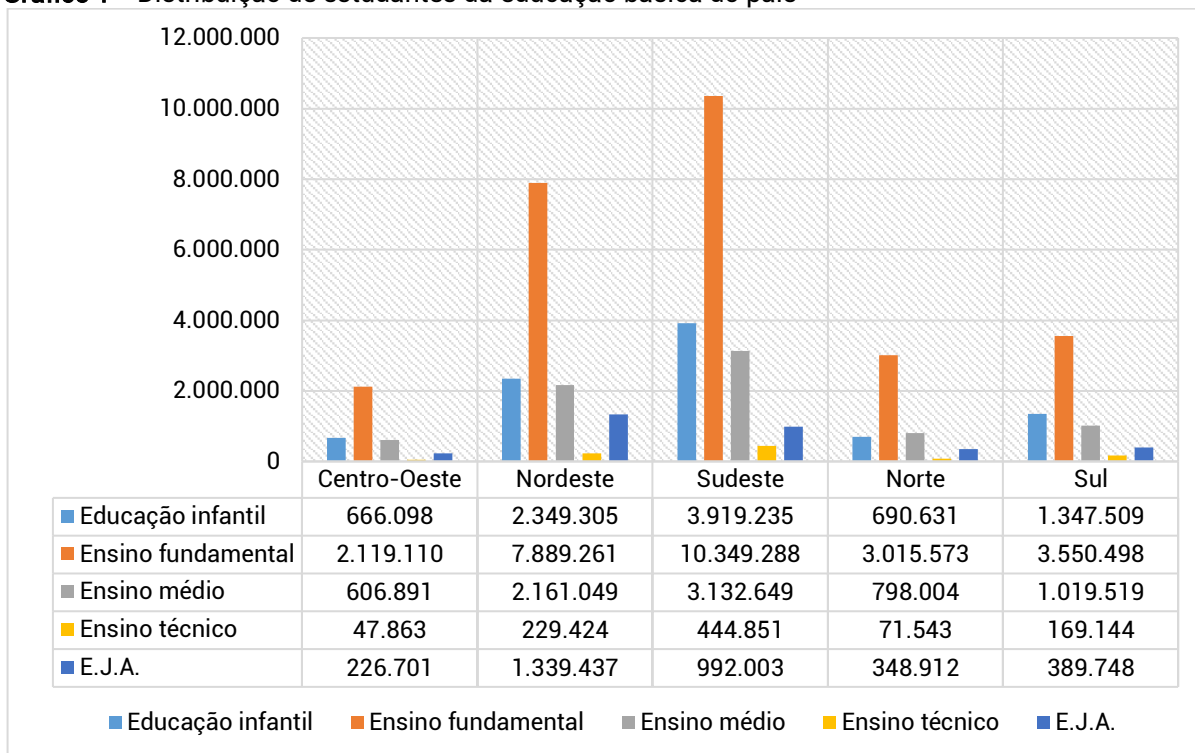
Para análise das informações obtidas, empregou-se procedimentos quantitativos por meio da estatística (FIELD, 2009) como análises de frequências, percentuais, médias, desvios-padrão, etc. Essa análise foi escolhida pois possibilita tratar grande quantidade de dados e observar os padrões da população investigada. Segundo o INEP (2019a) os Microdados representam a menor fração de um dado e podem estar relacionados a uma pesquisa ou avaliação. As bases de Microdados estão organizadas de forma a serem compreendidas por softwares específicos, o que agiliza o processo de tratamento e cálculos estatísticos. Nesse estudo, usou-se o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 23 para Windows.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Visão geral

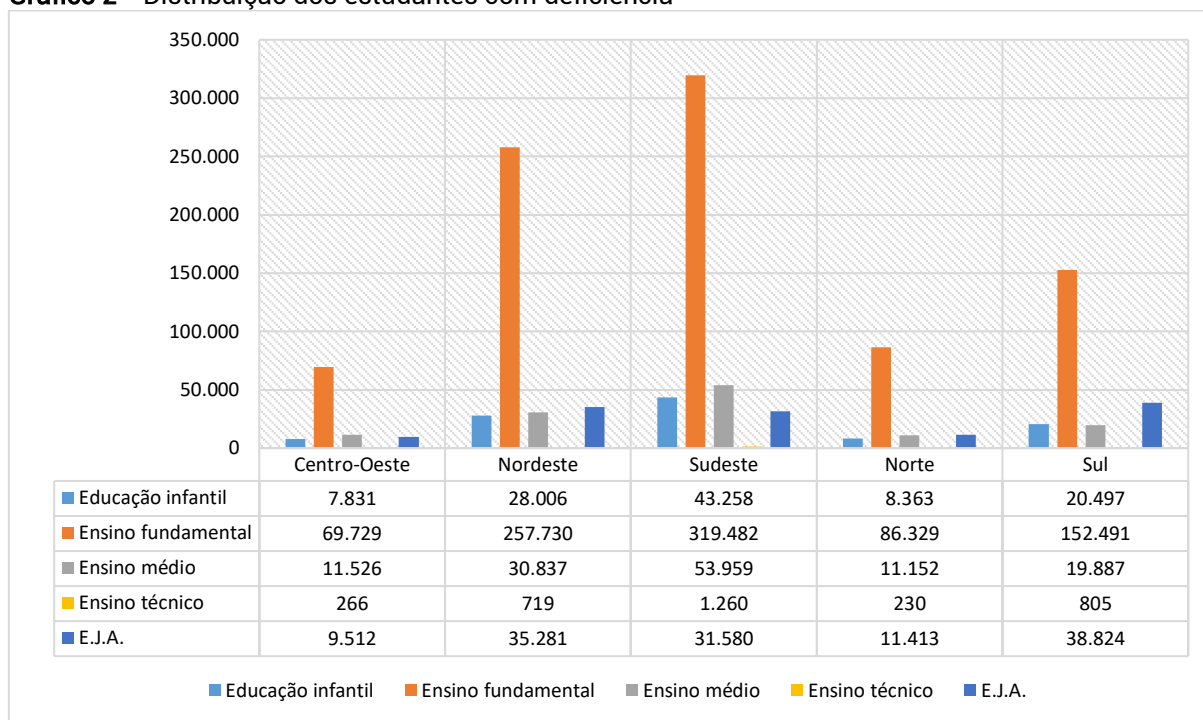
Em seguida, apresenta-se as informações geradas por essa pesquisa. Salienta-se que a visão geral aqui exposta é referente ao ano de 2019. Portanto, do ano passado até o presente momento, esses índices podem ter sofrido modificações. Inicialmente, de acordo com os Microdados, nota-se que, em classes comuns da Educação Básica, há 47.874.246 alunos e alunas. Desse total, apenas 2,61% são estudantes com deficiência, correspondendo a 1.250.967 pessoas. Esse número é 34,4% maior do que o observado no ano de 2015. No gráfico a seguir, se apresenta a distribuição da população de alunos da Educação Básica por região do País e por nível de ensino a fim de exibir os quantitativos com maior detalhamento geográfico.

Gráfico 1 - Distribuição de estudantes da educação básica do país



Fonte: Microdados da Educação Básica (INEP, 2019).

Nota-se que a região Sudeste é a que possui a maior quantidade de estudantes em todos os níveis de ensino, exceto na Educação de Jovens e Adultos. Isso vai ao encontro da distribuição populacional dessa região, pois de acordo com o IBGE (2017) a densidade demográfica do Brasil revela que a região Sudeste contém 41% da população do País, sendo seguida pela região Nordeste (28%), Sul (14%), Norte (9%) e Centro-Oeste (8%). Em números absolutos, a E.J.A. possui maior quantidade de estudantes na região Nordeste e menor na região Centro-Oeste. Na sequência, o Gráfico 2 exibe o número de PcD nas escolas regulares do Brasil.

Gráfico 2 - Distribuição dos estudantes com deficiência

Fonte: Microdados da Educação Básica (INEP, 2019).

O padrão de distribuição observado na população de alunos da Educação Básica é, em sua maioria, semelhante ao observado nas PcD, exceto, também, pela E.J.A, que para esse grupo, tem maior quantidade de alunos na região Sul. Pela Figura 2, nota-se que há mais alunos no Ensino Fundamental do que no Ensino Médio, ao mesmo tempo que há maior quantidade deles em turmas da E.J.A do que em cursos Técnicos e Profissionalizantes. Nas próximas análises serão consideradas também as 577.148 PcD que não estão apenas em classes comuns, mas também, que estudam por meio de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa assistência consiste em um serviço de apoio à sala de aula comum, onde é oferecido suporte que possa garantir maior efetividade no processo de aprendizagem dos alunos (INEP, 2019b).

As análises mostraram que é ligeiramente maior o número de PcD do sexo masculino (65,45%). Do total desse grupo, 82,61% estuda em escolas situadas em área urbana e apenas 0,24% (4.332) recebem educação escolar indígena. No que se refere as idades, a média é de 13,75 anos, com desvio-padrão de 7,7 anos, mediana de 13 anos e moda de 12 anos. O aluno mais novo não possuía nem 1 ano de idade e o mais velho, 94 anos.

DISTRIBUIÇÃO POR ETAPA DE ENSINO

Na conjectura apontada pelos Microdados de 2019, observa-se que 70,81% das PcD estão no Ensino Fundamental. A segunda etapa de ensino com maior quantidade de estudantes com deficiência é o Ensino Médio (10,18%), sendo seguido pela Educação de Jovens e Adultos (10,12%), Educação infantil (8,63%) e por último, o Ensino Técnico e Profissionalizante (0,26%).

Para fins de comparação, pode-se contrastar esses resultados com as informações referentes à distribuição de toda população estudantil da Educação Básica. Assim, percebe-se que a tendência observada no público-alvo da educação especial vai ao encontro, em partes, do observado no grande grupo, uma vez que nesse último, 56,24% dos alunos estão no Ensino Fundamental. O segundo grupo com maior quantidade de estudantes é a Educação Infantil, com 18,74%, diferente do segundo grupo da educação especial. Em seguida, tem-se o Ensino Médio com 16,12% do total, a Educação de Jovens e Adultos (6,89%) e por fim, o Ensino Técnico e Profissionalizante (2,01%).

SOBRE AS NECESSIDADES ESPECIAIS

Antes de discutir as frequências das necessidades especiais, parece ser importante descrever o entendimento do INEP/MEC para cada uma das necessidades especiais presentes no Censo analisado. As definições a seguir podem ser encontradas no Glossário da Educação Especial (INEP, 2019b). De acordo com o documento, deficiência intelectual é quando há alterações significativas no desenvolvimento intelectual, na conduta adaptativa e na forma de expressar habilidades práticas, sociais e conceituais.

Já quem possui o Transtorno do Espectro Autista (TEA) são as pessoas que apresentam alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, tendo um repertório de interesses e ações restrito e repetitivo. Deficientes físicos são aqueles que apresentam impedimentos que demandam o emprego de recursos que tenham por objetivo garantir a acessibilidade no currículo e espaços escolares. Como ilustração destacam-se a paraplegia, tetraplegia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo etc.

A deficiência múltipla é quando se tem a associação de duas ou mais deficiências. A baixa visão é caracterizada pela perda parcial da visão. Assim, o aluno tem prejudicada a sua capacidade de realizar atividades escolares e de se locomover. Um dos recursos para este aluno é o material ampliado. A superdotação é característica daqueles que apresentam potencial elevado em áreas como acadêmica, intelectual, artística, psicomotora e de liderança.

A deficiência auditiva consiste na perda parcial da audição, enquanto a surdez é a sua perda total. Já a deficiência visual é caracterizada pela perda total (cegueira) ou parcial da visão, sendo ela adquirida ou congênita. Dependendo do nível dessa perda, ela pode ser classificada como baixa visão ou como cegueira. Por fim, na Surdocegueira ocorre, de maneira concomitante, a perda de audição e visão. Sendo assim, com essa base, apresenta-se, na figura a seguir, a relação de necessidades especiais à nível nacional.

Tabela 1 - Distribuição das necessidades especiais na Educação Básica

Necessidade especial	Frequência	Percentual
Deficiência intelectual	1233971	58,25
Autismo	265440	12,53
Deficiência física	207665	9,80
Deficiência múltipla	123145	5,81
Baixa visão	105737	4,99
Superdotação	77717	3,67
Deficiência auditiva	55961	2,64
Surdez	36330	1,71
Cegueira	11682	0,55
Surdocegueira	773	0,04

Fonte: Microdados da Educação Básica (INEP, 2019).

Nota-se que as duas principais ocorrências de necessidades especiais se centram nas condições de cunho intelectual, correspondendo a mais de 70% das ocorrências declaradas no censo. A fim de estabelecer um paralelo para comparação, procurou-se, nos Microdados do Censo da Educação Superior do ano de 2018 (último ano disponibilizado pelo INEP), pelas necessidades especiais mais frequentes nesse nível de ensino. Assim, foi possível verificar que há 38.436 PcD efetivamente cursando uma graduação em todo o Brasil. Para esse grupo, a ocorrência mais comum é a deficiência física (35,7% do total), sendo seguida pela baixa visão (29,4%) e em terceiro lugar, a deficiência auditiva (13,5%).

Com isso, nota-se que diferentemente do padrão observado na Educação Básica, as necessidades especiais mais comuns no Ensino Superior são relacionadas a deficiência física. Apenas 14,6% das PcD da graduação possuem deficiência intelectual. O autismo, segundo mais frequente na Educação Básica (12,53%), representa apenas 1,4% dos estudantes com deficiência do Ensino Superior. Ainda, foi possível observar que 40,1% das necessidades especiais do Ensino Superior corresponde a pessoas com baixa visão. Ou seja, o fato observado é que na Educação Básica é predominante alunos

com deficiências intelectuais e no Ensino Superior, estudantes com deficiências físicas. De antemão, já se conclui que uma sugestão para estudos futuros é investigar com maior profundidade se há algum tipo de relação que possa explicar esse padrão. Na sequência, se apresentará a listagem dos recursos de auxílio necessitados pelos alunos.

SOBRE OS RECURSOS DE AUXÍLIO

A Constituição Federal garante, na lei 9.394/96, inciso IV, artigo 208 (BRASIL, 1988) que na existência de alunos com necessidades especiais, as instituições devem fornecer o auxílio técnico necessário para que o direito à aprendizagem seja assegurado. Por isso, julgou-se importante trazer uma análise descritiva dos recursos ofertados pelas instituições de ensino pois, com isso, tem-se possibilidade de comparar se as diferentes necessidades especiais são atendidas, de maneira proporcional, pelos recursos oferecidos. Isso vai ao encontro da meta de descrever o panorama da educação especial nesse nível de ensino pois alguns dos fatores que podem auxiliar na garantia de aprendizagem da PcD são os recursos de acessibilidade disponíveis em seu cotidiano escolar.

Por auxílio técnico, considera-se os elementos que ajudam a compensar as limitações da pessoa com deficiência, a fim de que as barreiras para o aprendizado, para mobilidade e para a socialização possam ser superadas. Esse conceito é postulado no Decreto número 3298 de 20 de dezembro de 1999, artigo 19, parágrafo único. No contexto pedagógico, essa ajuda aos alunos é detalhada por meio do Parecer número 17/2001 do Conselho Nacional da Educação. Assim, há uma série de recursos que podem ser solicitados para o cotidiano escolar e também, em provas de âmbito nacional. A seguir, apresenta-se, brevemente, os conceitos dos recursos empregados na Educação Básica, de acordo com as definições do Glossário da Educação Especial (INEP, 2019b), e na sequência, a frequência da demanda por tais recursos em âmbito nacional.

O primeiro deles é o auxílio leitor. Esse profissional é responsável por realizar a leitura do material didático ou da prova para alunos com baixa visão, cegueira, Surdocegueira, deficiência física, intelectual, entre outras. O auxílio transcrição, por sua vez, é fornecido àqueles que estão impossibilitados de escrever ou preencher cartões resposta em avaliações ou atividades do cotidiano escolar. O Guia-intérprete atua na mediação entre o aluno e o processo de ensino e aprendizagem. Esse profissional é especializado em maneiras de se comunicar e traduzir a comunicação de pessoas com Surdocegueira. Já o tradutor-interprete de Libras efetua a transposição entre a Libras e a língua portuguesa. Seu papel também inclui ajudar na interpretação de materiais na língua portuguesa para alunos surdos.

A leitura labial é realizada para as PcD auditiva que não utilizam a Libras. Esses profissionais auxiliam no entendimento de palavras, expressões e textos da língua portuguesa no cotidiano da sala de aula e em provas. As provas ampliadas são recursos que ajudam quem possui baixa visão. Podem ser de fontes 18 e 24 e apresentam suas imagens e textos maiores a fim de facilitar a visualização.

CD com áudio é um recurso de mídia que possui nele o material didático ou a prova a ser realizada para que o aluno com deficiência visual possa apropriar-se do mesmo por meio de sua audição. A prova de língua portuguesa como segunda língua é destinada a surdos e deficientes auditivos usuários de Libras. Ela é construída de modo a preservar as características da estrutura da língua e do sistema linguístico nas tarefas de leitura e escrita de textos.

Já a prova em vídeo Libras é a mídia que reúne a avaliação em formato traduzido para essa língua a fim de facilitar a compreensão da atividade para alunos surdos e com deficiência auditiva. Finalmente, o material em Braille é aquele transcrito em uma codificação em relevo, com destino aos que possuem baixa visão ou cegueira, usuários do sistema Braille. Isto posto, facilita-se a compreensão da figura a seguir, na qual apresenta-se o número de ocorrência de cada recurso solicitado pelos alunos da Educação Básica.

Tabela 2 - Demandas de recursos de acessibilidade.

Recurso	Frequência	Percentual
Auxílio leitor	424837	57,29
Auxílio transcrição	211775	28,56
Interprete de Libras	36448	4,92
Prova ampliada fonte 24	26248	3,54
Prova ampliada fonte 18	14207	1,92
Leitura labial	12216	1,65
Material didático em Braille	6678	0,90
CD com áudio	3944	0,53
Prova escrita em libras	3112	0,42
Prova em vídeo libras	1757	0,24
Guia-intérprete	340	0,05

Fonte: Microdados da Educação Básica (INEP, 2019).

Com a figura acima, pode-se verificar que o recurso com maior demanda é o do profissional leitor. O auxílio transcrição e intérprete de libras ocupam o segundo e terceiro lugar. Os dois primeiros recursos podem ser empregados tanto para PcD física quanto para deficiência intelectual. Isso vai ao encontro do observado na seção anterior, onde percebeu-se que a maior necessidade especial da Educação Básica é a intelectual, sendo imprescindíveis os papéis do auxílio leitor e auxílio de transição.

Por outro lado, nota-se que o profissional Guia-intérprete, destinado aqueles com Surdocegueira, possui apenas 340 demandas. Esse número é menor do que a quantidade de alunos com essa condição, que é de 773. Essa discrepância gera uma segunda sugestão para estudos futuros, a fim de conhecer, com maior profundidade, a realidade dos alunos com Surdocegueira, com vistas a entender como se dá os processos adaptativos desse grupo no contexto escolar. Tais recursos podem ser aplicados em salas de aula comuns e em salas especiais. Os Atendimento Educacionais Especializados (AEE) são outros recursos à disposição da PcD. Na seção seguinte, exibe-se a demanda por tais atendimentos na Educação Básica.

SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O AEE tem como meta proporcionar a conexão entre a PcD e as atividades curriculares, potencializando a autonomia do aluno no espaço escolar e fora dele. A oferta desse espaço deve ser prevista no projeto pedagógico da instituição e estar disponível para todos os níveis de ensino e modalidades da Educação Básica. De maneira prática, o AEE identifica, organiza e elabora os recursos didáticos adequados para a participação efetiva do aluno nas atividades escolares. Seu caráter é de complementariedade à sala de aula comum, portanto, não consiste em um substituto das classes regulares. No censo da Educação Básica as informações dos seguintes AEE foram verificadas:

- Desenvolvimento de funções cognitivas: são estratégias que potencializam a autonomia do aluno no cotidiano escolar. Esse desenvolvimento possibilita mais interação entre os estudantes, requisito para a construção do conhecimento.
- Desenvolvimento de vida autônoma: são atividades que visam ensinar o aluno a usufruir, com autonomia e segurança, os diversos ambientes presentes em seu cotidiano, seja no contexto escolar, social, cultural, esportivo etc.
- Enriquecimento curricular: são práticas pedagógicas que visam aprofundar o saber do aluno nas diferentes áreas do conhecimento. Ensino da informática acessível: visa ensinar as funcionalidades de ferramentas digitais para tornarem-se um dos meios de promoção da autonomia do aluno.
- Ensino de Libras: tem por objetivo ensinar as estruturas gramaticais e aspectos linguísticos da Libras.

- Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua: ensina os usuários de Libras a modalidade escrita da Língua Portuguesa.
- Ensino das técnicas de cálculo no Soroban: Soroban é o nome dado ao ábaco japonês. Consiste em um instrumento de cálculo surgido na china há mais de 400 anos. Atualmente, pode ser empregado por deficientes visuais para realização de cálculos.
- Ensino do sistema Braille: visa promover o conhecimento do Braille, com o seu método e estratégias de emprego.
- Ensino de técnicas de orientação e mobilidade: tem por meta ensinar o aluno no desafio da locomoção autônoma, visando conferir independência e segurança.
- Ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa: objetiva ampliar os canais de comunicação do aluno, com vistas a atender as necessidades de falar, ler e escrever.
- Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos: instrui ao emprego de ferramentas ópticas para as tarefas de leitura e escrita, como lupas manuais ou eletrônicas, lentes, telescópios, iluminação, cadernos com pauta ampliada, entre outros que visem o melhoramento da visão.

Com isso, a figura a seguir apresenta a frequência dos AEE de maior demanda, segundo o censo analisado:

Tabela 3 - Demanda por atendimento educacional especializado

Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Frequência	Percentual
Desenvolvimento de funções cognitivas	408739	21,87
Desenvolvimento de vida autônoma	316842	16,95
Ensino das técnicas de cálculo no Soroban	291577	15,60
Enriquecimento curricular	291577	15,60
Ensino da informática acessível	160505	8,59
Ensino de técnicas de orientação e mobilidade	112979	6,04
Ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa	101447	5,43
Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos	65386	3,50
Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua	53331	2,85
Ensino da Língua Brasileira de Sinais	41521	2,22
Ensino do sistema Braille	25455	1,36

Fonte: Microdados da Educação Básica (INEP, 2019).

Ao encontro do fato de que as deficiências intelectuais são as de maior frequência na Educação Básica, percebe-se que os AEE de mais demanda são os relacionados a essas condições, sendo o atendimento em prol do desenvolvimento cognitivo responsável por quase 22% de todos os AEE. Os ensinamentos do Braille e da Libras são os atendimentos de menores demandas. Esses dados poderiam suscitar um futuro aprofundamento de pesquisa a fim de investigar se a baixa procura por tais ensinamentos se deve a baixa demanda ou se a maioria das PcD que não solicitam tal AEE já chegam à escola dominando tais técnicas de comunicação.

Embora representem apenas 11,47% do total de demandas por AEE, o ensino de técnicas de orientação e mobilidade e o ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa demonstram que funções básicas de autonomia e independência tem sido tarefas atribuídas às escolas para pelo menos 214.426 alunos com deficiência. Isso salienta o papel do espaço escolar como lugar de inclusão e incentivo ao desenvolvimento potencial do indivíduo especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procedeu-se com uma investigação descritiva, documental, com a meta de apresentar um panorama da população de alunos com deficiência do País através de uma análise dos Microdados do INEP. Para isso, examinou-se os Microdados do Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2019. Com uma

análise quantitativa dos dados compreendeu-se uma série de particularidades desse grupo, destacando-se as seguintes:

- Há 47.874.246 alunos na Educação Básica. Desse total, apenas 2,61% são PcD;
- De 2015 até 2019 o número de matrículas de PcD na Educação Básica cresceu 34,4%;
- 65,45% do público-alvo da educação especial são homens;
- A média de idade desse grupo é de 13 anos;
- 70,81% dos estudantes com deficiência estão no Ensino Fundamental;
- Há mais PcD no Ensino de Jovens e Adultos do que no Ensino técnico e profissionalizante;
- 70% das deficiências são de cunho intelectual;
- As 3 necessidades especiais mais comuns são: deficiência intelectual, autismo e deficiência física;
- Na Educação Básica é predominante a presença de alunos com deficiências intelectuais enquanto no Ensino Superior é majoritária as deficiências físicas;
- Os três recursos inclusivos de maior demanda são o auxílio do profissional leitor, auxílio de transcrição e o intérprete de libras.
- O atendimento educacional especializado com maior requisição esteve relacionado ao desenvolvimento de funções que garantam a autonomia do estudante.

Com isso, defende-se que o movimento de inclusão deva ser defendido, pesquisado, incentivado, patrocinado. Assim, buscar-se-á respostas para esses e outros questionamentos que podem lançar luz sobre os prováveis alicerces de maior importância que as políticas públicas, a academia e todos os setores da sociedade devem ter como escopo. Isso pode possibilitar com que mais indivíduos portadores de necessidades especiais possam buscar uma formação profissional que os proporcione melhores condições de vida, satisfação pessoal e vivência de uma verdadeira cidadania em nosso País.

Por fim, considera-se que a meta dessa pesquisa foi cumprida, uma vez que, acima, apresentou-se uma visão geral do público-alvo da educação especial de maneira satisfatória. Não obstante, as possibilidades de investigação de PcD por meio dos Microdados não se consideram esgotadas. Pelo contrário, incentiva-se que mais pesquisadores possam apropriar-se desse tipo de banco de dados a fim de produzir pesquisas que reflitam o panorama em larga escala de diferentes aspectos da situação educacional do País, sendo a Educação Inclusiva, uma delas. Como sugestão pesquisas subsequentes, estimula-se analisar os Microdados buscando notar relações que possam explicar os padrões observados nos resultados, bem como, que seja realizada uma análise sobre a Educação Especial no contexto do Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. *Tornar a educação inclusiva*. 1 ed. Brasília: Unesco, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

FIELD, A. *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Penso editora, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIL, M. *A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência*. 2017. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>. Acesso em: 20 set. 2020.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017*. Disponível em: encurtador.com.br/ehjpK. Acesso em: 20 set. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: INEP, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 20 set. 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Glossário da Educação Especial Censo Escolar 2019. Brasília, DF: INEP, 2019b. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6945769. Acesso em: 20 set. 2020.

SASSAKI, R. Educação inclusiva: barreiras e soluções. *Revista incluir*, 12(1), 53-68, 2011. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-barreiras-e-solucoes/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Recebido em: 10.09.2020

Aprovado em: 16.11.2020